



CORDEIRÓPOLIS  
Estado de São Paulo  
BRASIL

SECRETARIA

= CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS =

= I = AUTÓGRAFO Nº184 =

Projeto de Lei nº6/58 - 2/05/58-P.M.

A Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta:-

**Artigo 1º** - Fica a Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, autorizada a proceder o loteamento e venda da área de terra pertencente ao Patrimônio do Município, resultante da doação do Governo do Estado, pela Lei nº4.034/57, na forma da Escritura Pública de 19 de setembro de 1.957, Livro 643, fls. IV do Cartório 1ª Tabelião de Notas-.

§ 1º - O loteamento referido neste artigo, será extensivo a fins residenciais, comerciais, industriais, chácaras etc.

§ 2º - Fica autorizada a cessão gratuita de áreas de terreno, destinadas a instituições Públicas, assistenciais, esportivas, recreativas, culturais quando devidamente legalizadas-.

§ 3º - Fica autorizada a cessão gratuita ou venda de áreas de terrenos a fins industriais-.

§ 4º - Fica autorizada a uso de áreas de terrenos para construção de praças públicas-.

**Artigo 2º** - Quando se tratarem de venda de chácaras, parquês de áreas de terreno, e das autorizações previstas nos parágrafos 2º e 3º do artigo 1º, dependerão da aprovação da Câmara Municipal-.

**Artigo 3º** - A venda será feita mediante pagamento a vista ou em 24 (vinte e quatro) prestações mensais-.

§ 1º - O preço de venda será assim distribuído:-

Quadra C - Cr\$130.00 (cento e trinta cruzeiros) e metro 2.

Quadra D - Cr\$120.00 (cento e vinte cruzeiros) e metro 2.

Quadra E - Cr\$130.00 (cento e trinta cruzeiros) e metro 2.

Quadra F - Cr\$120.00 (cento e vinte cruzeiros) e metro 2.

Quadra I - Cr\$100.00 (cem cruzeiros) e metro 2.

Quadra J - Cr\$100.00 (cem cruzeiros) e metro 2.

Quadra K - Cr\$80.00 (oitenta cruzeiros) e metro 2.

Quadra L - Cr\$100.00 (cem cruzeiros) e metro 2.

Quadra M - Cr\$100.00 (cem cruzeiros) e metro 2.

Quadra N - Cr\$100.00 (cem cruzeiros) e metro 2.

Quadra O - Cr\$80.00 (oitenta cruzeiros) e metro 2.

§ 2º - Quando a venda for a vista será feita um desconto de 20% (vinte por cento) no preço estabelecido no parágrafo 1º-.

§ 3º - Os preços poderão ser revistos por iniciativa do Executivo e aprovados pela Câmara Municipal, cada 6 (seis) meses a contar desta data-.





- continuação -

**Artigo 4º** - Os interessados na aquisição do terreno, deverão solicitar por escrito ao Senhor Prefeito Municipal, obtendo o despacho favorável, terá o prazo de 30 (trinta) dias para submeter a Prefeitura a planta da construção a ser feita e sendo aprovada deverá dar início imediato a construção e terminá-la dentro do prazo de 12 (doze) meses.

SECRETARIA

**§ 1º** - Conforme o projeto da construção, poderá o Executivo Municipal dilatar o prazo para término da mesma, até o máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

**Artigo 5º** - Poderão ser distribuídas áreas mais de uma a um só adquirente, desde que o mesmo satisfaça as exigências desta lei.

**Artigo 6º** - Terão preferência na aquisição e escolha de lotes os compromissários que os destinarem à construção de casa própria, de caráter popular.

**§ 1º** - Nesta base, o prazo de pagamento a prestação será aumentada para 36 (trinta e seis) meses, sem acréscimo, sem juros e o preço será reduzido de 20% (vinte por cento).

**§ 2º** - Considera-se, para efeito desta lei, casa de caráter popular aquela cuja construção não ultrapassar o valor de Cr\$150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros).

**Artigo 7º** - A infração aos dispositivos desta lei, importará na rescisão do contrato, revertendo o terreno à Prefeitura Municipal mediante a avaliação das prestações já pagas, descontadas as despesas decorrentes.

**§ Único** - No caso de existência de benfeitorias, a Prefeitura Municipal, após determinar a avaliação, celebrará as mesmas e o terreno em esta pública e de valor líquido obtido devolverá ao compromissário do excedente ao crédito da Prefeitura.

**Artigo 8º** - O terreno compromissado somente será liberado pela Prefeitura Municipal, após concluída a construção nele iniciada.

**Artigo 9º** - A renda proveniente da venda de terrenos objeto desta lei, será escriturada em "CONTA PRÓPRIA", constituindo fundo que será imediatamente aplicado em obras, melhoramentos, saneamento, embelezamento, próprios públicos, e etc.

**Artigo 10º** - O Executivo Municipal de Cordeirópolis, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, baixará a regulamentação desta lei.

**Artigo 11º** - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, aos cinco dias do mês de maio de ano de mil novecentos e cinquenta e oito-1.958-.

*Meacyr Dias*

-Meacyr Dias-

-Vice-Presidente em exercício-